
História e memória institucional: a “sociedade espírita estudo e caridade”, Santa Maria – RS (1927-2012)

History and institutional memory: the “sociedade espírita estudo e caridade”, Santa Maria – RS (1927-2012)

*Bruno Cortês Scherer**
*Beatriz Teixeira Weber***

Resumo: O presente artigo discute questões relativas à memória em pesquisa que tematiza a atuação do movimento espírita na cidade de Santa Maria – RS, tendo por objeto de estudo a “Sociedade Espírita Estudo e Caridade” e suas ações em meados do século XX. Articulando reflexões teóricas sobre as relações entre história e memória, sobretudo a consideração dessa como evidência histórica, a discussão gira em torno da constituição de uma memória institucional com fins de identificação e legitimação sociais para esse grupo religioso em diferentes contextos e com repercussões no século XXI.

Palavras chave: História. Memória. Espiritismo.

Abstract: This article discusses issues related to memory in a survey that studies the role of the spiritist movement in Santa Maria – RS, with the object of study the “Sociedade Espírita Estudo e Caridade” and their actions in the mid-twentieth century. Articulating theoretical reflections on the relationship between history and memory, especially considering this as historical evidence, the discussion revolves around the creation of an institutional memory for identification purposes and social legitimacy to this religious group in different contexts and with repercussions in the XXI century.

Keywords: History. Memory. Spiritism.

* Mestre em História pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). *E-mail:* brunocs.hist@gmail.com.

** Doutora em História pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professora associada no Departamento de História da UFSM. *E-mail:* beatriztweber@gmail.com.

Introdução

Segundo Winter (2006), as últimas duas décadas do século XX foram marcadas por um acentuado interesse por questões de memória em diversos países do mundo ocidental. Seus impulsos seriam de ordens diversas, incluindo questões políticas, filosóficas, identitárias e tecnológicas. Nesse sentido, variadas manifestações emergiram em torno do direito e dever de memória, sobretudo em relação àquelas recordações de caráter traumático como expressão de perseguições e crimes contra minorias, além da revitalização das memórias nacionais, de personalidades e instituições diversas.

Esse movimento tornou imprescindível ao campo histórico a reflexão tanto sobre as causas da demanda atual pela memória como sua relação com a história, reatualizando discussões acerca de suas convergências e divergências. Um desses aspectos diz respeito ao próprio recurso à memória como fonte/vestígio para a história, colocando-se em questão o tratamento metodológico das evidências e a produção do conhecimento histórico.

Assumindo-se que as memórias, assim como outros documentos, figuram como registros incompletos do passado, elas também são passíveis de ser convertidas em fontes pelo historiador. A memória, então, se torna alvo de indagações que não se limitam ao conteúdo da recordação, mas especialmente, ao ato de sua constituição, marcado por seleções e esquecimentos, bem como por suas respectivas motivações, entre outras nuances que não revelam apenas algo de objetivo, mas também de subjetivo sobre o ato de lembrar.

No âmbito dessas questões, este artigo apresenta reflexões que retomam uma pesquisa realizada nos anos de 2011 e 2012 sobre as ações sociais do movimento espírita na cidade de Santa Maria – RS, tendo como objeto de estudo a “Sociedade Espírita Estudo e Caridade” e sua atuação em meados do século XX. Pontuando algumas de suas conclusões, bem como aspectos e reflexões realizados no decorrer da pesquisa, procuramos lançar um novo olhar sobre o fenômeno analisado concentrando-nos em questões relativas a uma memória institucional constituída e assumida pelo grupo perante a sociedade local.

O texto, inicialmente, focaliza as possibilidades de articulação entre história e memória buscando fundamentação teórica em autores como Michael Pollack, Pierre Nora, Henry Rousso, Jacy Seixas, Jeanne Marie

Gagnebin e Reinhart Koselleck. A partir dessas considerações, explora-se o caráter de evidência histórica da memória institucional constituída pela referida entidade, refletindo-se sobre os atos seletivos desse discurso e perscrutando possíveis motivações vinculadas a experiências passadas, ressentimentos e expectativas.

História e memória

É provável que o fundador dos *Annales* não pensasse na memória de alguma forma especial quando enunciou, junto com Lucien Febvre, sua proposta historiográfica, no início da década de 30 (séc. XX), entrevedo direções inovadoras para a história. Talvez eles também não mensurassem as proporções que essa perspectiva adquiriria em termos de diversificação de problemas, a qual se processou ao longo do século XX. De todo modo, a memória tornou-se um testemunho e, ao mesmo tempo, uma questão para a história, o que se evidenciou ainda mais a partir de sua crescente revalorização nas últimas décadas deste século.

Gostaríamos de tratar desse ponto, isto é, das suas especificidades como registros do passado e do tratamento que ela demanda por parte do historiador. Princípios, então, da consideração de que história e memória são distintas, mas com pontos de convergência. A esse respeito, Nora (1993) as opõe radicalmente, tomando a história como uma operação intelectual de reconstrução através da análise crítica sobre o passado, visando à produção de um conhecimento sistematizado.

Concordamos com essa distinção, mas sem deixar de conceber e conferir à memória também o *status* de um tipo de operação sobre o passado, cujos mecanismos se distanciam do procedimento científico que caracterizaria a história. De fato, pensamos que é justamente nesse sentido, o de se voltar e organizar o passado cada qual à sua maneira, que ambas se aproximam e que a história pode recorrer à memória para sua reflexão na medida em que considerar suas especificidades.

Eis aí o primeiro desafio que se apresenta ao historiador, qual seja, o de concebê-la como um registro do passado, pois como afirma Henry Rousso;

um testemunho colhido ou um documento conservado só deixam de serem vestígios do passado para se tornarem “fontes históricas” no momento em que um observador decide erigi-los como tais. Toda

fonte é uma fonte “inventada”, assim como todo “indivíduo histórico”, no sentido em que falava Max Weber, é uma construção, um tipo ideal. (ROUSSO, 1996, p. 88).

A construção da fonte, contudo, passa igualmente pela superação da desconfiança e do preconceito em relação à subjetividade do testemunho. Em verdade,

muitas vezes nos esquecemos que muitos arquivos escritos não passam eles próprios de testemunhos contemporâneos ou posteriores aos fatos, dotados de um componente irreduzível de subjetividade e de interpretação que sua condição de “arquivo” absolutamente não reduz. (ROUSSO, 1996, p. 89).

Em segundo lugar, as fontes/vestígios não são capazes de “falar” sem que sejam trabalhadas e problematizadas devidamente, nem a visão teórica, por si só, pode dar conta do papel da história, de “reconstituir”, “explicar” e compreender, tanto quanto possível, a vida dos homens. Assim, é somente mediante a adequação das questões e da análise das repostas ao seu caráter, bem como de sua contextualização, que os registros do passado poderão fornecer algo para a reflexão do historiador.

Escrito, oral ou filmado, o arquivo é sempre o produto de uma linguagem própria, que emana de indivíduos singulares ainda que possa exprimir o ponto de vista de um coletivo (administração, empresa, partido político, etc.). Ora, é claro que essa língua e essa escrita devem ser decodificadas e analisadas. Mas, mais que de uma simples “crítica interna”, para retomar o vocabulário ortodoxo, trata-se aí de uma forma particular de sensibilidade à alteridade, de “um errar através das palavras alheias”, para retomar a feliz expressão de Arlette Farge. É esse encontro entre duas subjetividades o que importa, mais que o terreno sobre o qual ele se dá ou o tipo de rastro que o torna possível através do tempo. (ROUSSO, 1996, p. 88).

O historiador precisa saber indagar, mas também encontrar as melhores formas de se refletir sobre as repostas que obtém, ou então,

sobre as que ele não obtém. Daí a importância sempre ressaltada de sua habilidade de “ler nas entrelinhas” e de perscrutar os não ditos. Por fim, é fundamental que a evidência da limitação dos arquivos reforce a compreensão de que a reconstituição do que aconteceu nunca será completa, assim como a da verdade, embora deva ser sempre almejada no horizonte do passado.

Para Jeanne Marie Gagnebin, a história, por seu duplo caráter de narrativa e processo real, deve comportar a memória como elemento para o conhecimento do passado, ainda que ele não seja completo e de estatuto de verdade absoluta. Aproximando-se da compreensão de Rousso (1996, p. 90) de que o testemunho/vestígio se constitui como o indício de uma ausência como “a marca de alguma coisa que foi, que passou, e deixou apenas o sinal de sua passagem”, Gagnebin (2006, p. 44) estabelece a noção de “rastros” que “inscreve a lembrança de uma presença que não existe mais e que sempre corre o risco de se apagar definitivamente”.

A memória, “vive essa tensão entre a presença e a ausência, presença do presente que se lembra do passado desaparecido, mas também presença do passado desaparecido que faz sua irrupção em um presente evanescente”. (GAGNEBIN, 2006, p. 44). Daí sua reflexão sobre a centralidade da memória na elaboração do passado, considerando que a verdade que se busca não é de ordem da adequação, mas remete a uma “vontade de verdade”.

Essa vontade, expressa por uma crescente demanda pela memória, contudo, não deve conduzir à sua sacralização, mas antes a uma rememoração capaz de proporcionar voz àqueles a quem foi cerceado esse direito e/ou que não conseguiram se expressar, igualmente, trata-se de se opor a esse silenciamento e esquecimento. Isso se aplica especialmente às memórias traumáticas, muitas vezes inenarráveis, como destaca a autora.

É assim que a elaboração do passado remete a uma construção que se articula ao presente do historiador por meio de testemunhos carregados de significados. Diante disso, a sua atuação constituir-se-ia numa

tarefa altamente política: lutar contra o esquecimento e a denegação é também lutar contra a repetição do horror (que, infelizmente, se reproduz constantemente). Tarefa igualmente ética e, num sentido amplo, especificamente psíquica: as palavras do historiador ajudam a

enterrar os mortos do passado e a cavar um túmulo para aqueles que dele foram privados. Trabalho com o luto que deve ajudar, nós, os vivos, a nos lembrarmos dos mortos para melhor viver hoje. Assim, a preocupação com a verdade do passado se completa na exigência de um presente que, também, possa ser verdadeiro. (GAGNEBIN, 2006, p. 47).

Eis alguns dos desafios que a memória propõe ao historiador como um testemunho de grande complexidade e, ao mesmo tempo, de potencialidade para sua reflexão. Resta, então, explorar suas nuances, seus mecanismos voluntários e involuntários de seleção, os ressentimentos, silenciamentos e esquecimentos; enfim, adentrar a subjetividade dos indivíduos e grupos de indivíduos que a constituem, preservam e transmitem.

E que, nesse processo, o historiador possa buscar dentro e fora do campo historiográfico as melhores ferramentas teórico-metodológicas. Que a história possa se flexibilizar mais no sentido da transdisciplinaridade do que da recusa nociva ao diálogo com outros campos do saber que também tematizam e problematizam a memória em sua inteligibilidade, sensibilidade e emotividade, como é o caso da filosofia, da literatura e da psicologia. Enfim, promover uma análise que possa “iluminar a memória a partir de seus próprios refletores e prismas”. (SEIXAS, 2001, p. 44).

Um estudo empírico sobre o espiritismo em Santa Maria – RS¹

Uma das principais motivações para a realização de um estudo sobre a atuação do movimento espírita em Santa Maria – RS foi a percepção da significativa presença do espiritismo² e de suas práticas numa cidade que conheceu a afirmação do catolicismo no campo religioso ao longo da primeira metade do século XX. (BORIN, 2010). Uma presença caracterizada pela expressiva atuação de instituições espíritas através da promoção de um conjunto variado de serviços assistenciais em favor de segmentos economicamente desfavorecidos da população.

O enfoque da pesquisa recaiu sobre as ações sociais promovidas por essas instituições, sendo a Sociedade Espírita Estudo e Caridade (Sec) tomada como objeto de estudo, em função da diversidade dos serviços por ela prestados. A análise concentrou-se entre os anos de 1932 e 1957,

com o objetivo de compreender essa organização, problematizando suas motivações e as consequências de suas intervenções no meio social, tendo como principais fontes os livros de atas de reuniões e os relatórios anuais de atividades, bem como outros elementos pertencentes ao acervo histórico da instituição.

O estudo permitiu reconstituir o complexo quadro de atuação dessa entidade, fundada em 13 de abril de 1927, originalmente como uma sociedade feminina que, tendo por fins o estudo, a prática e a difusão do espiritismo, passou a desenvolver, a partir da década de 30, uma série de obras de caridade. (ATA 1/SEEC, 1927). Em 1932, o grupo organizou o “Abrigo Espírita Instrução e Trabalho”, com o objetivo de atender a crianças desamparadas da cidade. (ATA 39/SEEC, 1933). Essa instituição se tornou o centro de toda ação da Seec de forma que, ao longo das décadas de 30 e 40, ela reuniu as condições estruturais necessárias ao oferecimento de uma série de serviços aos abrigados, às suas famílias e à sociedade em geral. Esses foram definidos através de internato, alimentação, instrução profissional e religiosa, ensino escolar e cuidados médicos. Essas perspectivas resultaram na organização de uma enfermaria (ATA 14/SEEC, 1949) na década de 40, posteriormente ampliada e transformada num hospital infantil (ATA 24/SEEC, 1952), na década de 50, bem como a criação de uma escola (ATA 24/SEEC, 1952) de Ensino Fundamental no mesmo período, atividades essas que se efetivaram através da colaboração voluntária de professores, médicos, dentistas e outros profissionais; doações de estabelecimentos comerciais e empresas; solicitações aos poderes públicos e a realização de eventos beneficentes.

Problematizando a abrangência dos serviços prestados, bem como as relações mantidas por essa instituição com diversos segmentos da sociedade local e o movimento espírita, o estudo evidenciou que tais ações, de fato, favoreceram a inserção social da instituição e do próprio espiritismo em Santa Maria – RS. Os capitais sociais e simbólicos angariados por meio dessa atuação e do apoio de indivíduos de prestígio contribuíram para a identificação do espiritismo na cidade como uma prática religiosa humanitária, reconhecimento que, se transposto ao campo religioso, viabilizou sua atuação nesse espaço que, como mencionado, era marcadamente de hegemonia católica.

Memória institucional: experiências, silêncios e esquecimentos

Após essas considerações, gostaríamos de tratar a seguir de aspectos que, embora tenham sido alvo de indagações no processo de pesquisa, não foram aprofundadas e desenvolvidas satisfatoriamente. São questões relativas à memória, mais especificamente, a uma memória institucional, sobre a qual procuraremos refletir considerando seu potencial como fonte histórica. Para tanto, esta discussão fundamenta-se na conceituação de memória fornecida por Pierre Nora:

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. [...] É um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; [...]. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censuras ou projeções. (1993, p. 19).

Pode-se, então, conceber a memória como uma construção plural, fluída e dinâmica sobre o passado, porque composta e suscetível à influência de diversos elementos, internos e externos ao indivíduo e/ou a grupos de indivíduos que recordam ou dela se utilizam. Prosseguindo com Nora (1993, p. 19), “a memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quanto grupos existem, que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada”.

A memória não é apenas de ordem individual, mas também coletiva, um constructo social que toma parte na constituição de identidades. Pensar a memória de uma instituição é refletir sobre os elementos que, por integrá-la, guardam significados de ordens diversas para um grupo como fatores de sua identificação, tanto como forma de coesão interna, como de exteriorização de uma imagem perante outros grupos.

É nesse sentido que procuramos refletir sobre a constituição e a preservação de uma memória institucional pela Seec, tomando-a como um discurso elaborado sobre o passado. Para tanto, neste texto, analisamos duas de suas principais formas de expressão, sendo a primeira delas a

difusão de uma narrativa sobre a Seec, seus valores e realizações ao longo do tempo.

Esse discurso encontra-se no *site*³ da instituição sob a forma de dois históricos, o primeiro relativo à sociedade espírita, tendo como ponto de partida a transcrição de sua ata de fundação, em 1927, seguindo-se com uma periodização por décadas até os anos 2000, apresentando acontecimentos e ações considerados relevantes. O segundo histórico, mais elaborado, segue o mesmo padrão, tratando especificamente do “Abrigo Espírita Instrução e Trabalho”, mantido pela Seec como seu principal instrumento de ação social.

Neste texto, destaca-se a preocupação do grupo em justificar suas ações, expor seus ideais e traçar um perfil do público assistido, o que se dá através da descrição das condições físicas das primeiras crianças abrigadas, as irmãs Zulmira e Olmira Machado, que, em precárias condições de saúde, foram prontamente acolhidas e tratadas na instituição por suas dirigentes e seus colaboradores.

Foi em 31 de março de 1932 que a Sra. Florina da Silva e Souza e a Sra. Joaquina Flores Carvalho colocaram em funcionamento o Abrigo, quando receberam de Silveira Martins, a primeira abrigada, uma menina doente, nascida em 01 de abril de 1924, então com 8 anos, filha de mãe doente e pai paralítico, e que possuíam outros filhos, todos doentes. Em 11 de junho de 1932 chegou ao Abrigo sua irmã, nascida em 8 de setembro de 1926, com 6 anos, segunda abrigada, também doente e em estado de miséria total. Ambas foram tratadas com o máximo cuidado e muito carinho pela generosa Sra. Joaquina, Dr. Antonio Victor Menna Barreto e Dr. Olegário Maya (médicos) e Dra. Praudelima H. Pinto (dentista), todos voluntários, que a partir desta época passaram a atender aos internos do Abrigo por longo tempo.⁴

O texto também procura elencar uma série de esforços e dificuldades enfrentadas pelo grupo, mas também os êxitos na prestação de seus serviços assistenciais. A narrativa, enfim, prossegue até o início do século XXI, enfatizando a continuidade do trabalho idealizado por seus fundadores, bem como os valores que animam o grupo.

Em ambos os históricos, além dos registros de atas, as quais são descritas como as principais fontes para o conhecimento de suas atividades, numa clara intenção de fundamentar a narrativa, identifica-

se a ênfase em certas personalidades e os objetivos do Abrigo em praticar a caridade cristã segundo os preceitos da religião espírita.

Por fim, a segunda manifestação de memória é de expressão oral da parte dos dirigentes e sócios mais antigos. Como procuraremos discutir a seguir, tais atos cumprem, em diferentes momentos, o objetivo de reafirmar para seus adeptos as perspectivas que orientam as ações da instituição, bem como identificar e legitimar essa proposta e a própria entidade perante a sociedade local. De fato, como foi possível perceber por meio de entrevistas informais, os discursos que emanam da administração manifestam sua preocupação em relação à preservação e a difusão dessa memória.

Esse foi um dos elementos que viabilizaram a pesquisa, uma vez que o acesso ao acervo documental da entidade teve como contrapartida, a pedido de seus dirigentes, ações que fossem ao encontro dessas perspectivas. Desse modo, foi a partir do diálogo frequente com o grupo que se evidenciaram aspectos e reflexões acerca das relações entre história e memória, as quais ocuparam, em função das escolhas de pesquisa, um segundo plano, mas que retomamos com maior atenção neste texto.

Principiamos essa reflexão problematizando o caráter do discurso institucional que oscila entre o registro factual e dados memorialísticos. Assim, num primeiro plano, as atas de reuniões são empregadas enquanto registros escritos e oficiais que comprovam e localizam episódios considerados relevantes. Num segundo plano, figuram acontecimentos e personagens notáveis, na forma de testemunhos orais e escritos relegados a posteridade, os quais desenvolvem a história do grupo para além dos registros documentais.

Tal discurso, misto de história factual e memorialista, integra um processo de elaboração do passado realizado mediante a seleção de elementos que, no entendimento do grupo, devem compor a sua história. Nessa seleção destacam-se: as diversas dificuldades de ordem material enfrentadas no desenvolvimento de suas ações; a superação das adversidades e a realização exitosa de suas propostas em favor dos necessitados; e, por fim, o papel valorativo e moral desempenhado por indivíduos que se vinculam aos ideais da instituição.

Entendemos que tais perspectivas cumprem a função de construção de uma determinada imagem do grupo e de suas atividades, uma representação que esteja à altura de sua denominação e do discurso religioso que professam. De fato, as adversidades, apresentadas como

legítimos sacrifícios em seus esforços em favor do próximo, vêm enaltecer as obras na mesma medida em que a superação e o sucesso associam-se a valores como a fé, a ação providencial, a solidariedade e a caridade cristã.

Igualmente, esse é o papel desempenhado pela recordação de algumas personalidades, cujas ações como colaboradores são relacionadas à proposta de ação social da entidade. A principal delas é Joaquina Flores de Carvalho, tomada como grande fonte de inspiração pelo grupo, pois, além de disponibilizar sua residência para a criação do Abrigo, teria se dedicado integralmente às suas atividades tornando-se a primeira diretora. Em sua homenagem, a partir de 1959, o Abrigo passou a denominar-se “Lar de Joaquina” denominação pela qual a própria Seec tornou-se mais conhecida na cidade.⁵

Joaquina Flores de Carvalho (20/06/1869-16/07/1935) foi a 1ª Diretora do Abrigo e dedicou-se inteiramente às atividades propostas, de forma a oferecer às crianças necessitadas de assistência o conforto, o carinho e o Lar da melhor forma que podia, substituindo integralmente os pais e familiares ausentes, doentes ou falecidos. [...] Segundo a prof^a Orestina, a frase “Minha filha, nunca esqueça que as pessoas têm que ter honestidade, fé e força para praticar o bem” era frequentemente pronunciada pela Sra. Joaquina.⁶

Segundo o relato da instituição, a organização de um Abrigo destinado a auxiliar crianças carentes teria sido inspiração de uma comunicação do espírito de Pantaleão José Pinto, médico bastante conhecido na cidade por sua atuação humanitária e caridosa. Em sua mensagem, teria manifestado a preocupação de dar atendimento aos “pobres, coxos, cegos, doentes da alma e do corpo”, e aos “órfãos que não conhecem os carinhos paternos”, aos “indigentes progenitores que, rodeados de numerosos filhos, vão perecer de um a um no erro, na ignorância, e levarão ao Pai uma oração por vós, os protetores”.⁷

Joaquina Flores de Carvalho teria tomado conhecimento dessa mensagem através de uma das fundadoras da Seec, que a visitara após receber um pedido de auxílio da primeira, uma vez que, encontrando-se em idade avançada e viúva, enfrentava dificuldades. Relata-se que, após breve reflexão, Joaquina “surpreende sua benfeitora com a oferta para a utilização de sua residência por dez anos, gratuitamente, além de sua integral participação nos trabalhos, para instalar ali o Abrigo”.⁸

Tais perspectivas integram vários aspectos das relações estabelecidas pelo espiritismo, dentre elas a ideia de que há uma lógica que orienta o desenvolvimento das atividades no mundo físico, patrocinada e inspirada pelo mundo espiritual. Uma lógica que aproximará as pessoas certas nos momentos em que essa configuração de forças se organiza, sendo fundamental a disposição dos indivíduos para a prática da caridade, tarefa indispensável a todos os seus adeptos.

Os elementos apontados pela instituição, para ressaltar o papel de Joaquina, valorizam a abnegação na pronta disposição em oferecer sua residência sem nenhum ônus e seu comprometimento em atender às crianças, apesar de suas dificuldades pessoais. Igualmente, a inspiração espiritual de Pantaleão José Pinto e sua atuação em favor dos necessitados são estimadas e associadas à perspectiva humanitária que anima o grupo.

Por sua relevância, esses valores passaram a integrar a memória do grupo, sendo, inclusive, associados ao nome da instituição a fim de evidenciá-los para todas as pessoas que com ela tomam contato. Além disso, são aspectos que justificam não apenas a existência da entidade, como também suas ações no meio social, movidas pelo ideal de caridade.

Desde o princípio, o objetivo do Abrigo foi o de transferir para a prática a teoria da Doutrina Espírita aqui estudada e assimilada. Ao ser criado o Abrigo, logo foram se definindo tarefas básicas a serem realizadas em favor dos necessitados ali internados, tais como: Internato (Abrigo), Alimentação, Cuidados Médicos e Odontológicos. Além disso, o Ensino Escolar e Instruções para a vida, onde destacam-se: Bordado, Tricô, Crochê, Costura, Artes Domésticas, entre outros. Por isso, desde o início pessoas bondosas como a Sra. Joaquina e muitos outros voluntários, incluindo professores, médicos, dentistas e o Poder Público nunca faltaram a este Lar, que até os dias atuais, numa caminhada de mais de 70 anos e adequando-se à realidade do tempo, continua com os mesmos propósitos.⁹

Os elementos que integram o discurso sobre a história dessa instituição concorrem para a constituição de uma imagem que a identifica perante a sociedade, confluindo para sua busca por legitimidade, pois se, de um lado, almeja-se a coesão e a identificação do grupo em torno de valores comuns, de outro, a imagem que se quer expressar é a de que a Seec é uma instituição de caridade, que promove ações humanitárias

em favor dos menos favorecidos, enfim, que exerce um serviço de utilidade pública.

De fato, como destaca o trecho acima e de acordo com o estudo realizado, houve uma recepção positiva em relação à instituição, na medida em que ela conseguiu angariar, ao longo do tempo, uma série de recursos materiais e humanos para o desenvolvimento de seus serviços, incluindo os Poderes Públicos, na forma de convênios e subvenções dos governos municipal, estadual e federal. Apoio também encontrado em indivíduos de prestígio na sociedade local, seja por meio da prestação de auxílios como médicos, dentistas, advogados e professores, seja colaborando para a obtenção de outros recursos.

Assim, compreendemos que os discursos da Seec convergem para seu trabalho de sociabilidade via acumulação de capitais sociais e simbólicos, segundo Bourdieu (1990, 2007), os quais confluem para sua inserção na sociedade local, na mesma medida em que viabilizam a continuidade de suas ações. Essa ação foi fundamental no contexto das disputas do campo religioso santa-mariense, sobretudo nas décadas de 30 e 40, quando o investimento em ações sociais foi uma das estratégias de ação do espiritismo.

Segundo Koselleck (2006, p. 306), “todas as histórias foram constituídas pelas experiências vividas e pelas expectativas das pessoas que atuam ou que sofrem”. Assim, a constituição dessa memória se dá mediante a seleção dos aspectos mais relevantes da experiência passada, considerando-se determinadas expectativas. Daí a opção por elementos que valorizam o trabalho realizado pelo grupo, as dificuldades, as realizações e os ideais morais que as fundamentam, em detrimento de outros que, por sua carga negativa, são relegados ao silêncio e ao esquecimento.

O que queremos dizer com isso é que a memória constitui-se a partir do registro de experiências passadas, mesmo daquelas que não se deseja recordar, ainda que de forma indireta. Afinal, “o que distingue a experiência é o haver elaborado acontecimentos passados, é o poder torná-los presentes, o estar saturada de realidade, o incluir em seu próprio comportamento possibilidades realizadas ou falhas”. (KOSELLECK, 2006, p. 312). Todavia, essas experiências, assim com as expectativas, tendem a se modificar ao longo do tempo, o que expressa a própria mudança histórica.

Desse modo, nas décadas de 30 e 40, o recurso a aspectos de experiências recentes, as obras de caridade atuavam segundo a expectativa de aceitação e apoio social para a Seec, entrevedo a constituição de uma imagem pública que possibilitasse sua inserção na sociedade, sendo esse tipo de atuação uma estratégia muito em voga nos movimentos espíritas brasileiro e sul-rio-grandense. Já nas décadas seguintes, embora sua inserção e a do próprio espiritismo já estivessem se consolidando na cidade, esse discurso continuou a ser endossado com novas experiências de mesmo caráter no sentido de reforçar tal representação e manter o apoio da população.

Finalmente, sua persistência nos dias atuais denota não mais o anseio por uma aceitação social, visto que o espiritismo encontra-se consolidado com seu respectivo peso no campo religioso. Ele tem, por outro lado, o objetivo de tornar presentes as experiências passadas como expressão de valores e exemplos que inspirem e fortaleçam o trabalho que hoje é desenvolvido pela ação de seus membros. Mais uma vez, a memória emerge como um elemento de identidade, isto é, com o intuito de proporcionar a identificação de seus membros e colaboradores em função de determinados ideais, experiências e perspectivas.

Assim, ao grupo interessa preservar e manter viva a memória do passado que lhe confere uma identidade social, a fim de que seu trabalho tenha continuidade no presente, com apoio para seus antigos e novos projetos. O contato sistemático com a Seec e suas atividades evidenciaram essas perspectivas, notadamente quando das comemorações dos 85 anos da instituição, em 2012, marcada por uma série de solenidades e a inauguração de uma exposição cujo objetivo era apresentar essa trajetória por meio de notas históricas e imagens.

Participando desse projeto na digitalização do acervo fotográfico da instituição e na organização do material a ser exposto, nos foi possível identificar também aspectos relativos a experiências que foram suprimidas desse discurso oficial. Isso se tornou mais claro com a continuidade do estudo, de modo que concluiremos essa discussão tratando dessas questões a partir do contraponto com a pesquisa realizada.

A análise dos livros de atas e relatórios anuais da Seec evidenciou uma série de dificuldades de ordem material e financeira, cogitando-se, inclusive, a possibilidade de suspensão das atividades do Abrigo em duas ocasiões, na década de 30 (ATA 55/SEEC, 1938). Além disso, também se verificaram questões de ordem administrativa, envolvendo

sérias divergências em meados da década de 50, as quais culminaram na reformulação dos serviços prestados e no afastamento de indivíduos há muito ligados à instituição.

O primeiro indício acerca dessa memória negativa, que no entendimento do grupo deveria ser silenciada, surgiu quando da organização da referida exposição. Mais especificamente pela opção de seus dirigentes em suprimir aspectos que tratavam da ampliação das atividades do Abrigo nas décadas de 40 e 50, com a criação de uma Seção Masculina, no então distrito de Itaara, sob a alegação de que haveria poucas informações a seu respeito. Todavia, o trabalho com a documentação não apenas identificou a existência do Abrigo, até então não mencionada, embora fosse de conhecimento de seus dirigentes, como também dados suficientes para sua apresentação como parte da trajetória da Seec.

Esse silêncio se tornou mais compreensível na medida em que prosseguimos com a investigação e a análise da documentação referente à década de 50, em que tivemos a oportunidade de identificar outros elementos também apartados e que se mostraram relacionados a um contexto conflituoso. Essa conjuntura teria principiado com uma série de investimentos da instituição, ao longo da década de 40, com vistas a dispor de melhores condições estruturais para proporcionar maior bem-estar às crianças assistidas.

Foi nesse período que se deu uma significativa ampliação das atividades com a mudança de endereço e aquisição de um novo prédio, a criação da referida *Seção Masculina* e, por fim, o desenvolvimento de serviços de saúde que culminaram na criação do “Hospital Infantil Nenê Aquino Nessi” em 1952. Todas essas obras, incluindo reformas no prédio do Abrigo e na escola, embora tenham elevado a qualidade dos serviços prestados teriam conduzido a um progressivo endividamento da Seec.

No início da década de 50, a manutenção dos novos serviços e o aumento do número de crianças demandavam cada vez mais recursos, que a instituição tinha dificuldades em captar. Diante desse quadro, emergiram divergências a partir da contestação das ações do grupo dirigente reunido em torno da então presidente Florina da Silva e Souza. Em 1952, a instituição chegou a ser intimada após denúncias de ex-sócias e ex-funcionárias que alegavam má-administração e diversas carências das abrigadas, especialmente alimentares, além de situações de trabalho extenuantes (ATA 23/SEEC, 1952).

Em 1956 e 1957, novas denúncias sobre os serviços prestados pelo Abrigo e sua situação financeira vieram à tona a partir da eleição de uma nova diretoria que recebeu forte oposição do grupo derrotado, que estava na administração da Seec há mais de uma década. Com efeito, apesar da vitória, o novo grupo dirigente encontrou resistências dentro e fora da instituição. Essa oposição é atestada por três relatórios correspondentes ao ano de 1957, que possuem forte teor de crítica à administração anterior, destacando-se as condições precárias em que o Abrigo se encontrava.

Menciona-se que seus adversários “promoviam uma campanha vexatória no mundo espírita Santamariense”, menosprezando suas intenções, “como se não tivessem o direito de trabalhar como faria o partido derrotado”. (RELATÓRIO DE ATIVIDADES, 1957). A esse respeito, narra-se um episódio que teria ocorrido no dia 2 de janeiro de 1957, em que a diretoria eleita compareceu até a Aliança Espírita Santamariense para votar, como representante da Seec, a escolha dos novos dirigentes daquela agremiação. No entanto, teria sido surpreendida com a negação de seu direito de voto até que o pedido de anulação da eleição fosse julgado.

Apesar dessas oposições, o novo grupo conseguiu se firmar no comando da entidade, promovendo uma série de reformulações administrativas e nos serviços prestados nos anos subsequentes. Em contrapartida, esse contexto levou a uma ruptura, com o afastamento de algumas associadas, incluindo Florina da Silva e Souza, cujos nomes estão ausentes na documentação e nas atividades dos anos seguintes, reaparecendo apenas em meados da década de 60, do que se pode inferir uma reaproximação com a instituição.

De fato, apesar desses episódios, tais indivíduos são até hoje prestigiados dentro do grupo por suas ações em favor das crianças assistidas e da difusão do espiritismo na cidade, figurando, nesse sentido, como importantes elementos da memória constituída pela Seec. Todavia, eles também estão associados a episódios traumáticos, dado o impacto desses conflitos que repercutiram, inclusive, no movimento espírita local, daí sua supressão e a de aspectos que possam referenciá-los.

Configuram-se como experiências negativas que não vislumbram perspectivas melhores, enfim, que não têm lugar nessa representação que se quer construir e exteriorizar. Elas vão de encontro à ideia de harmonia e coesão de grupo, bem como dos ideais que a instituição

professa. Não concorrem para seus objetivos, pois causam constrangimentos e até possíveis ressentimentos, daí serem recordações relegadas ao esquecimento, operação intrinsecamente ligada ao ato de recordar.

A esse respeito, Jacy Seixas salienta que:

há uma gestão da memória, assim como há uma gestão – ao mesmo tempo racional e afetiva (em grande parte inconsciente) – do esquecimento. Manipulações políticas, interesses e recalques, querer (ou dever) lembrar e querer (ou dever) esquecer são procedimentos que se entrecruzam na economia psíquica e social dos grupos humanos. [...] É preciso reconhecer, então, na memória e no esquecimento, uma linguagem, uma narrativa feita fundamentalmente de imagens carregadas de afetos positivos e negativos que se enquadram (à sua maneira) à possibilidade de conhecimento e reconstrução (melhor seria dizer, atualização) do passado e, também, de projeção em direção a um futuro. (2003, p. 166).

Dessa forma, pode-se considerar a constituição da memória pelo grupo da Seec como resultante da inter-relação e da tensão constante entre o que se considera importante para ser lembrado e o que deve ser omitido por sua conotação negativa, o que não pressupõe, necessariamente, esquecimento. Nesse sentido, Michael Pollak salienta as fronteiras e a dinâmica entre silêncio e esquecimento, de modo que o primeiro não pressupõe, necessariamente, o segundo.

Por conseguinte, existem nas lembranças de uns e de outros, zonas de sombra, silêncios, “não-ditos”. As fronteiras desses silêncios e “não-ditos” com o esquecimento definitivo e o reprimido inconsciente não são evidentemente estanques e estão em perpétuo deslocamento. Essa tipologia de discursos, de silêncios, e também de alusões e metáforas, é moldada pela angústia de não encontrar uma escuta, de ser punido por aquilo que se diz, ou, ao menos, de se expor a mal-entendidos. (1989, p. 6).

Enfim, acreditamos que no caso da Seec e dos eventos conflituosos do passado tenha havido uma tentativa de silenciamento visando ao esquecimento ao longo do tempo, ao menos como perspectiva de seus dirigentes. Todavia, uma análise mais profunda dos elementos que procuramos expor e além da memória institucional, procurando enfocar membros do grupo, especialmente aqueles que tomaram parte direta nesses acontecimentos ou herdaram discursos sobre os mesmos, poderão evidenciar outras nuances.

Considerações finais

Ao longo deste texto, procuramos desenvolver um exercício de reflexão a partir da retomada de um estudo realizado anteriormente sob uma nova perspectiva, qual seja a de pensar o objeto sob o viés da memória, como fonte/vestígio para a história. Foi com esse intuito que procuramos abordar questões relativas à constituição, preservação e difusão de uma memória institucional pela Seec e sua atuação na cidade de Santa Maria – RS, ao longo de grande parte do século XX.

Um discurso sobre o passado que cumpre, em diferentes contextos, incluindo o tempo presente, a finalidade de reafirmar para seus adeptos as perspectivas que orientam suas ações, confluindo para a identificação do grupo, legitimando essa proposta e a própria entidade na sociedade local. Resultado da complexa operação de elaboração da memória, mediante a seleção de determinadas experiências passadas em detrimento de outras consideradas negativas, traumáticas e ressentidas, algumas são relegadas ao silenciamento e ao esquecimento, para o que contribuem fatores de ordem afetiva e psicológica.

Evidentemente, as questões discutidas em torno dos aspectos destacados não se esgotam neste breve exercício, ao contrário, ele ressalta a complexidade da memória como registro do passado e evidência histórica. Com efeito, concentramo-nos em apenas duas expressões dessa memória institucional, havendo, porém, outras manifestações materiais e imateriais, bem como aquelas recordações e percepções de indivíduos que tomaram e tomam parte na trajetória do grupo.

Apesar disso, acreditamos que pensar a memória institucional como um testemunho sobre o passado contribuiu para um olhar mais complexo sobre a trajetória da Seec, evidenciando aspectos relativos à identidade do grupo e a importância de reafirmação de seus valores para a

continuidade de sua atuação. Enfim, foram elementos que vieram se somar ao trabalho realizado com os testemunhos escritos.

No mais, há que se considerar que a Seec é uma dentre outras instituições espíritas da cidade cujas memórias figuram como um grande potencial de análise histórica, seja individualmente, seja no âmbito mais amplo do movimento espírita santa-mariense. Daí a importância de sua consideração e de uma reflexão adequada às suas especificidades, tornando possível, enfim, que se usufrua de sua riqueza vista como registro e elaboração do passado.

Notas

¹ Esse item apresenta os principais aspectos trabalhados no estudo monográfico intitulado *Ações sociais do espiritismo: a Sociedade Espírita Feminina Estudo e Caridade, Santa Maria – RS (1932-1957)*, publicado em 2013.

² Ao longo deste trabalho, o termo *espiritismo* será empregado para designar a doutrina científica, filosófica e religiosa elaborada pelo francês Allan Kardec, em 1857, que assim a denominou.

³ No final do ano de 2014, o *site* da Seec – Lar de Joaquina (<http://www.lardejoaquina.com.br>) foi substituído por outra plataforma (<http://www.lardejoaquina.org.br>) que, aparentemente, ainda se encontra em construção, de modo que muitos elementos, tais como os históricos referidos neste texto, estão ausentes. Apesar disso, dispomos dos mesmos na íntegra, de forma que a sua referência será feita ao longo do texto como arquivo pertencente à referida instituição.

⁴ “Histórico do Lar de Joaquina” elaborado pela Sociedade Estudo e Caridade, p. 8. Acervo da Seec.

⁵ “Histórico do Lar de Joaquina” elaborado pela Sociedade Estudo e Caridade, p. 7. Acervo da Seec.

⁶ “Histórico do Lar de Joaquina” elaborado pela Sociedade Estudo e Caridade, p. 3. Acervo da Seec.

⁷ Ata sem número, de 9 de março de 1932, citada no “Histórico do Lar de Joaquina”. A referida ata não foi encontrada em nenhum dos livros analisados durante a realização da pesquisa, havendo apenas uma breve referência a essa comunicação espiritual na Ata 124, de 10 de junho de 1942, Livro n. 4. Acervo da Sociedade Espírita Estudo e Caridade.

⁸ “Histórico do Lar de Joaquina” elaborado pela Sociedade Estudo e Caridade, p. 3. Acervo da Seec.

⁹ “Histórico do Lar de Joaquina” elaborado pela Sociedade Estudo e Caridade, p. 7. Acervo da Seec.

Referências

- BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício de historiador*. Trad. de André Telles. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. Espaço social e poder simbólico. In: BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990. p. 149-168.
- BOURDIEU, Pierre. O capital social: notas provisórias. In: BOURDIEU, Pierre. *Escritos sobre a educação*. Trad. e org. Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 65-69.
- BORIN, Marta Rosa. *Por um Brasil católico: tensão e conflito no campo religioso da República*. 2010. 369 f. Tese (Doutorado em Estudos Históricos e Latino-Americanos) – Unisinos, São Leopoldo, 2010.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. Verdade e memória do passado: memória, história, testemunho: o que significa elaborar o passado? O rastro e a cicatriz: metáforas da memória. In: _____. *Lembrar, escrever, esquecer*. São Paulo: Ed. 34, 2006. p. 39-48; 49-58; 97-106; 107-118.
- KOSELLECK, Reinhart. Espaço de experiência e horizonte de expectativa: duas categorias históricas. In: _____. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006. p. 305-327.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo: PUC, n. 10, p. 7-29, 1993.
- POLLACK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.
- ROUSSO, Henry. O arquivo ou o indício de uma falta. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 17, p. 85-91, 1996.
- SCHERER, Bruno Cortês. *Ações sociais do espiritismo: a Sociedade Espírita Feminina Estudo e Caridade, Santa Maria – RS (1932-1957)*. 2013. 87 f. Monografia (Bacharelado em História) – UFSM, Santa Maria, 2013.
- SEIXAS, Jacy Alves de. Percursos de memórias em terras de história: problemas atuais. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia R. C. *Memória e (re)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Unicamp, 2001. p. 37-58.
- SEIXAS, Jacy Alves de. Tênuas fronteiras de memórias e esquecimentos: a imagem do brasileiro jecamacunaímico. In: GUTIÉRREZ, Horacio; NAXARA, Márcia Regina Capelari; LOPES, Maria Aparecida de S. (Org.). *Fronteiras: paisagens, personagens, identidades*. Franca: Unesp; São Paulo: Olho-D'Água, 2003. p.161-183.
- WINTER, Jay. A geração da memória: reflexões sobre o “boom da memória” nos estudos contemporâneos de história. In: SELLIGMAN-SILVA, Márcio (Org.). *Palavra e imagem: memória e escritura*. Chapecó: Argos, 2006. p. 67- 90.

FONTES

Acervo histórico da Sociedade Espírita Estudo e Caridade

Histórico da Sociedade Espírita Estudo e Caridade

Histórico do Lar de Joaquina

Ata n. 1, de 13 de abril de 1927. Livro de Atas n. 1.

Ata n. 39, de 31 de março de 1933. Livro de Atas n. 1.

Ata n. 55, de 22 de fevereiro de 1938. Livro de Atas n. 1.

Ata 124, de 10 de junho de 1942. Livro de Atas n. 4.

Ata n. 14, de 16 de outubro de 1949. Livro de Atas n. 6.

Ata n. 24, de 12 de outubro de 1952. Livro de Atas n. 6.

Ata n. 23, de 29 de janeiro de 1952. Livro de Atas n. 6.

Relatório de Atividades, 1º semestre de 1957.